

o mesmo. Primeiramente passou-se para a exposição dos valores dos rendimentos no mês de setembro de 2025, no qual somou R\$ 255.679,08 conforme informações da Gestão Financeira, muito provável que seja atingido mês a mês no ano. Nada mais para o momento encerrou-se a referida reunião. *Flávia Gleide B. N. M., Danilo Schwydt*

Ata nº 10/2025

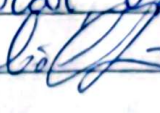
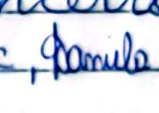
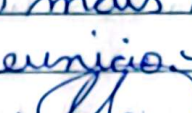
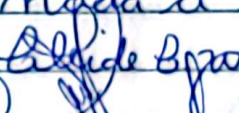
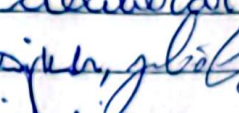
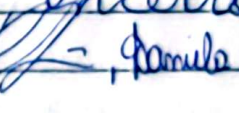
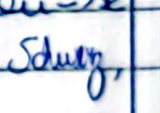
14/11/2025

Às quatorze dias do mês de novembro de 2025, às 08:00h, reuniram-se, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Porto Ubua, os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PORTO UBUA, com a presença dos membros do comitê, nos termos das legislações em vigor, para analisar e APROVAR o esboço da Política Anual de Investimentos para o exercício de 2026. A Política de Investimentos foi elaborada em parceria com a consultoria Referência, e a meta da PI será de  $(IPCA + 5,66\% \text{ a.a.})$ . Segundo as premissas da taxa-parâmetro fixadas na Portaria MPS nº 2.010/2025, sendo que a estratégia-alvo ficou fixada em 100%. Observou-se que o presente documento foi elaborado conforme determina a Resolução CUV 4.963/2021 e a Portaria 1.467/2022. A política monetária a ser conduzida pelo Banco Central do Brasil precisará, mais uma vez, encontrar adequado equilíbrio entre o controle da inflação e incentivo ao crescimento econômico, com as projeções mais recentes para o IPCA e a Selic, ambas em recuo em relação a 2025, já servindo como importante sinalizador de otimismo para o mercado em 2026 - com o espaço fiscal cada vez mais restrito, a tendência de que medidas governamentais consigam mitigar



os efeitos de uma política monetária contracionista torna-se menos provável, sendo importante frisar que as previsões de PIB para o próximo ano indicam nova desaceleração econômica. Ainda sob o aspecto fiscal, conclui-se que o governo mantém dificuldades em transmitir ao mercado de que forma será alcançado o prometido equilíbrio das contas públicas, o que eleva as incertezas quanto à real viabilidade do Superávit primário no próximo exercício. Diante desse cenário, a preferência por títulos de prazos mais curtos, ao menos no primeiro semestre de 2026, período em que a rigidez da política monetária tende a se manter. Contudo, uma vez que a inflação se mostre efetivamente controlada, acompanhada da esperada redução da Selic e de um cenário externo menos volátil, em especial após estabilização das relações comerciais, os papéis de prazo mais longo poderão novamente se tornar atrativos, repetindo o desempenho em boa parte de 2025. Em síntese, portanto, o primeiro semestre de 2026 poderá servir como um importante termômetro quanto aos rumos da inflação no Brasil, o que, em última instância, exercerá papel fundamental na condução da política monetária, especialmente na definição da Selic. Todo esse contexto exige prudência na escolha das melhores opções, recomendando-se diversificação apropriada e obrigatória do portfólio, cujas revisões periódicas deverão observar a evolução das variáveis macroeconômicas aqui destacadas. Deve ser ressaltado, porém, cada vez mais relevância a atuação de assessoramento técnico e de profissionais especializados junto à gestão pública, considerando o histórico de posicionamento em investimentos do APFS e ponderando



o posicionamento de seus gestores, ressalta-se que o LPPS possui o perfil de investidor conservador. Após a apresentação e os esclarecimentos relativos à presente Política de Investimentos, os membros deliberaram, por unanimidade, APROVAR a Política Anual de Investimentos para o exercício de 2026, determinando que o LPPS continue observando a lista exaustiva de UPS para fins de credenciamento das instituições financeiras. Em anexo, segue o Quadro Resumo da Política de Investimentos, Resolução CNU nº 4.963/2021. Não havendo mais nada a deliberar, encerrou-se a referida reunião. Alcido B. Araújo, , Paulo Schurz, , Adir D. Nor., , , , , .